

Boletim Fundo Amazônia, n. 35, fev. 2013

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



Fevereiro 2013

Número 35

www.fundoamazonia.gov.br

Sai resultado da segunda fase da Chamada Pública Comissão de Seleção e Classificação de Projetos seleciona oito propostas, no valor global de R\$ 48,6 milhões

Foi divulgado, no dia 25 de fevereiro, o resultado da segunda fase da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia. Das 38 propostas habilitadas na primeira fase, oito foram selecionadas pela Comissão de Seleção e Classificação de Projetos e serão encaminhadas ao Comitê de Enquadramento e Crédito do BNDES, para verificação de sua adequação às Políticas Operacionais do Banco e demais normas do Fundo Amazônia (veja relação completa dos projetos selecionados no quadro abaixo).

Com prazos que variam de 24 a 36 meses, os oito projetos somam R\$ 48,6 milhões, têm valor médio de R\$ 6,1 milhões - sendo o valor mínimo R\$ 2,8 milhões e o valor máximo R\$ 9,9 milhões - e contemplam ações em cinco estados: Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Pará.

Nome da Instituição	Valor Solicitado
Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre	R\$ 5,1 milhões
Centro dos Trabalhadores da Amazônia	R\$ 2,4 milhões
Associação SOS Amazônia	R\$ 9,9 milhões
Instituto Socioambiental	R\$ 7,8 milhões
Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão	R\$ 5,3 milhões
Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer	R\$ 5,3 milhões
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	R\$ 6,8 milhões
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa	R\$ 5,5 milhões

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES



Comissão esteve reunida nos dias 21 e 22 de fevereiro no Rio de Janeiro

Além das oito propostas selecionadas, dez outras obtiveram a pontuação mínima e foram classificadas, passando a compor, conforme previsto no edital, cadastro de reserva com validade de 24 meses. O resultado completo pode ser consultado no site do Fundo Amazônia (www.fundoamazonia.gov.br).

A Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis teve por objetivo selecionar propostas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, conforme a finalidade, regras e diretrizes do Fundo Amazônia. Os projetos devem promover benefícios diretos a povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, aquicultores e agricultores familiares localizados no Bioma Amazônia.

A Comissão de Seleção e Classificação de Projetos é formada por representantes do BNDES; do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Ministério de Pesca e Aquicultura; do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Serviço Florestal Brasileiro; da bancada da sociedade civil do Comitê Orientador do Fundo Amazônia; da bancada dos governos estaduais do Comitê Orientador do Fundo Amazônia; além de um representante indicado pelo Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente da Amazônia Legal.

PPP-ECOS lança edital para projetos comunitários na Amazônia

Serão apoiados, com recursos do Fundo Amazônia, projetos socioambientais nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) lançou, com recursos do Fundo Amazônia, edital do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) para apoio a projetos de organizações de base comunitária em áreas do Bioma Amazônia nos estados dos Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

Os projetos devem ter como objetivo geral a redução do desmatamento ou o desmatamento evitado, além de estarem inseridos nas modalidades de atividades produtivas sustentáveis ou de gestão e serviços ambientais. O prazo para envio das propostas é 1º de abril de 2013.

Fundo Amazônia – O PPP-ECOS atua desde 1995 no Bioma Cerrado, mas esse será o primeiro edital para apoiar projetos localizados no Bioma Amazônia, em especial na região conhecida como Arco do Desmatamento, que compreende uma área que tem início no nordeste do Estado do Pará, atravessa o sudoeste do estado do Maranhão e o norte do estado do Mato Grosso, seguindo até o noroeste do estado de Rondônia.

Além desse, estão previstos outros três editais de chamadas públicas no contrato firmado entre o ISPN e o Fundo Amazônia, com valor de apoio total de R\$ 12,8 milhões. A meta é selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor no Arco do Desmatamento que ajudem a estimular o potencial produtivo das comunidades locais por meio de uma maior interação com os ecossistemas da região,

Fique por Dentro

Fases da Seleção	Prazos
Lançamento do edital	1º de fevereiro
Prazo final para recebimento das propostas	1º de abril
Análise das propostas inscritas	8 de abril a 23 de maio
Divulgação do resultado	24 de maio
Oficina inicial de capacitação e planejamento	30 a 45 dias após a divulgação

Fonte: Edital PPP-ECOS

contribuindo, dessa forma, na diminuição do desmatamento e da degradação ambiental em conjunto com a melhoria na geração de trabalho e renda.

O ISPN é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em abril de 1990 e sediada em Brasília. Ao longo de sua existência, o ISPN atua de forma articulada com entidades governamentais que lidam com meio ambiente e agricultura familiar.

Tanto os detalhes do edital quanto a ficha para inscrição podem ser consultados no site do ISPN (www.ispn.org.br).

Agenda

No próximo dia 14 de março será realizada, em Brasília, a 13ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), que tem por atribuição estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos no âmbito do Fundo Amazônia, aprovar as informações sobre essas aplicações de recursos e também o relatório anual de atividades do fundo. Também cabe ao Comitê zelar pelo alinhamento das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia, em conformidade com as políticas públicas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e das diretrizes estratégicas do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

O COFA é formado por 24 membros, sendo nove representantes do governo federal (Ministério do Meio

Ambiente; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Agricultura; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Casa Civil; Secretária de Assuntos Estratégicos; e BNDES), nove representantes dos estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e seis representantes da sociedade civil (Confederação Nacional da Indústria; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente; Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal; e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).